

- **Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura, Excelência**

- **Senhoras e Senhores Vogais do Conselho Superior da Magistratura**

- **Senhora e Senhor Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça**

- **Senhoras e Senhores Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais das Relações de Coimbra, Évora, Guimarães, Lisboa e Porto**

- **Senhor Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses**

- **Senhores Inspectores Judiciais**

- **Senhoras e Senhores Presidentes dos Tribunais de Comarca**

- **Caras e caros Colegas**

- **Ilustres e Distintos Convidados**

- **Minhas Senhoras e meus Senhores**

Terminamos o XVIII Encontro Anual do CSM - o Encontro de Vila Real, como ficará conhecido - no ano em que o país recorda e celebra o cinquentenário da mudança democrática de abril, com tudo o que nos trouxe nas liberdades de expressão, de pensamento e de participação política, mas também na abertura ao mundo, a ideias e sonhos que transformaram Portugal e os portugueses, na educação, na igualdade, na justiça, na economia.

Quisemos continuar com este Encontro um percurso de reflexão sobre o judiciário, sobre as reformas democráticas feitas e as que importam fazer, continuar ou corrigir. Percurso que iniciámos em junho último - com uma sessão evocativa na icónica Boa-Hora e com uma grande exposição memorialista - e que se prolonga por mais dois anos até à comemoração dos 50 anos do CSM e da Constituição de 1976 - a Constituição de Abril.



“50 Anos em Nome do Povo, a transformação do poder judicial na democracia de abril” foi, pois, o título e o tema genérico deste Encontro de Vila Real. Será recordado e continuado.

Agradeço o acolhimento de Vila Real, a dinâmica cidade cheia de história, e a aproximação que nos permitiu à sua região. Também à senhora presidente do Tribunal Judicial de Vila Real, desembargadora Maria Hermínia Néri de Oliveira, agradeço a empenhada colaboração que desde há um ano vem dando à organização. Saúdo fraternalmente os colegas juízas e juízes do Tribunal de Vila Real

Agradeço a participação de todos os ilustres convidados, oradores e intervenientes nos diversos painéis temáticos, que nos deram a honra de contar com a sua alta qualidade. Muito, muito obrigado.

Estou grato ainda aos nossos parceiros culturais deste Encontro. Ofereceram-nos arte e o seu espírito criador, o melhor com o que a melhor comunicação institucional deve contar. E o CSM quer ter a melhor comunicação institucional de todo o sistema de justiça. Tivemos música, poesia, livros, vídeos, exposição memorialista. Com juízes e por juízes. Muito obrigado, em particular aos colegas dos *Audiência Prévia* e à nossa já grande promotora cultural para iniciativas de juízes, a desembargadora Eleonora Viegas, responsável pela animação cultural de ontem. Agradeço também à nossa colega Anabela Pedroso pela produção do livro de memória produzido para este Encontro e pelos conteúdos da exposição “50 Anos em Nome do Povo”.

Agradeço finalmente a todos os que no CSM contribuíram, como sempre, com o seu entusiasmo e dedicação para a organização. Em especial aos membros do secretariado e do gabinete que para isso trabalharam aos do nosso serviço de comunicação. Este Encontro foi dos mais participados de sempre, com mais inscrições, e aumenta os cuidados a ter na organização dos próximos.

### **Minhas senhoras e meus senhores, colegas**

Durante estes dois dias debatemos, pela voz dos nossos oradores convidados, o quadro que nos últimos cinquenta anos formou o mundo dos tribunais que hoje temos. Mas também as linhas que se desenham na impaciência do futuro próximo.

Ouvimos como pano de fundo a conferência da Dr.<sup>a</sup> Paula Teixeira da Cruz e nela colhemos a reflexão de alguém que é uma importante e experiente antena das sensibilidades



reformistas no sistema de justiça. Uma máxima influenciadora, como se diz nos tempos atuais. Uma conhecedora como poucos, a partir das suas experiências na política desde o 25 de Abril, das experiências em todos os conselhos superiores do judiciário, na Ordem dos Advogados e, acima de tudo, como ministra da justiça, a mais reformadora e decidida nestas últimas duas décadas. Foi um privilégio e uma lição a sua conferência.

Olhámos no Encontro para os juízes que hoje somos e percebemos as transformações de cinquenta anos.

Dos recrutamentos dos anos 80 que injetaram uma surpreendente juventude até ao envelhecimento que hoje nos atordoa perante a marcha de um relógio de corda que já se tique taca fraquinho em muitos lugares vagos nos tribunais, impossíveis de preencher. Cada vez mais.

Mas também das importantes mudanças de género no acesso à judicatura e que nos apresentam hoje uma maioria de mulheres juízas nos tribunais, depois do tempo em que a sua exclusão era imposta. Uma correspondência com a democratização social que tivemos e que percorreu toda a sociedade. As juízas não são, não foram, um constrangimento na jurisdição, como algumas vezes ainda se ouve em despropósito. Elas foram a parte mais significativa da transição para uma judicatura moderna e urbana, sensível e virada ao mundo, na superação de outra mais arcaica, ancorada nas depressões da ruralidade e do isolamento, ainda que numa parte dotada de consciência autocrítica. Aderiram aos novos papéis de governação no poder judicial e ocupam alguns dos mais importantes lugares no CSM e também na presidência de tribunais. Pela primeira vez o Serviço de Inspeção do CSM tem uma juíza como Inspetora Coordenadora, nomeada o no passado mês. Pelo louvor merecido à coragem nos difíceis papéis de governação, quero aqui deixar-lhes uma palavra de homenagem e incentivo.

Foi muito útil o olhar que ontem tivemos acerca das visões sobre os juízes do passado e o que poderão ser os do futuro, com as novas condições e com as diferentes exigências sociais. Os juízes do século XXI são convocados a exercer funções jurisdicionais de novo tipo no quadro global em que estamos inseridos e na expansão da regulação europeia e dos novos catálogos de direitos fundamentais, como já bem se compreende. O fortalecimento da sua independência é um dado crítico do estado de direito e atentamente escrutinado pelas instituições europeias. A independência pressupõe uma organização autónoma forte



e da responsabilidade dos próprios juízes, particularmente dos juízes do futuro que deverão ser os melhores preparados.

Prosseguindo, tivemos ainda ocasião de debater as ruturas dos anos 70 e a recomposição da organização judiciária, primeiro no caldo revolucionário e depois no induzido pela Constituição de 1976. Mas mais vivamente discutimos as reformas gestionárias do século XXI, o plano organizativo vigente na LOSJ e no EMJ de 2019, o mapa judiciário de novo tipo, o novo papel dirigente dos juízes presidentes. O debate mostrou correta compreensão e aceitação do programa das reformas e dos novos desafios na gestão e organização, incluindo na abordagem à realidade complexa dos megaprocessos e à autonomia administrativa e orçamental dos tribunais de comarca.

Virámos a nossa atenção, por isso, para os meios de apoio à atividade jurisdicional e para o seu espantoso progresso ao longo dos últimos 50 anos, particularmente na tecnologia, num caminho que nos levou da fotocopiadora aos computadores pessoais, às plataformas de tramitação processual eletrónica, à desmaterialização, às ferramentas de inteligência artificial e de tratamento de dados. O poder judicial soube adaptar-se e, mais do que isso, revela ambição nas tecnologias simplificadoras e mais eficientes.

Finalizámos com o tema da “*argumentação, linguagem e comunicação nas decisões jurisdicionais*”, um tema da maior relevância cidadã em que a boa comunicação faz toda a diferença na confiabilidade no desempenho dos tribunais, campo em que se mostra necessário um enorme trabalho de apoio aos juízes na formação e na revisão dos seus próprios processos expositivos.

Desde 2019, sabemo-lo, vigora na lei processual o princípio da utilização de linguagem simples e clara. Pouca ou nenhuma atenção se tem dado à implementação coordenada dos sistemas de linguagem concordantes com esse princípio. Por conseguinte, não se sabendo bem do que se fala, nenhuns avanços ocorreram no acolhimento desse princípio. Na sequência do apelo lançado pelo senhor Presidente do STJ no seu discurso de posse, o Serviço de Inspeção do CSM está a desenvolver um trabalho de análise que possibilite um guião consistente para orientação do trabalho jurisdicional. Como disse já noutra ocasião, espero que no próximo Encontro Anual de 2025 seja possível amplificar esse debate com a apresentação de propostas dinamizadas pelo Serviço.

**Caras e caros colegas**



Afirmar no último Encontro Anual que as condições de trabalho nos tribunais são o estabilizador necessário para garantir o atendimento jurisdicional eficiente.

Estão identificadas as falhas organizacionais que multiplicam em automático andamento os desencontros, os desleixos orgânicos, a pressão de serviço e consequentemente os riscos de desequilíbrio na prestação jurisdicional adequada.

As soluções que dependam exclusivamente do CSM e da sua rede de governação merecem o nosso foco. Outras existem - e não são poucas – que dependem de medidas legislativas ou dos prestadores de serviço institucionais como o IGFEJ ou a DGAJ. Temos dificuldade em conseguir articulações úteis e atempadas.

O número de juízes continua a decrescer, sem remédio à vista, por falta de suficiente capacidade de recrutamento. Este ano, o 39.º Curso Normal do CEJ garantiu-nos apenas 46 novos juízes, quando o número de juízes com saída prevista para 2024 é de pelo menos o dobro. Ainda que a lei do CEJ seja alterada em breve, como é intenção do Governo da República, para melhorar a atratividade no recrutamento, durante muitos anos vamos enfrentar uma quebra contínua nos juízes, como ilustram os estudos do CSM.

O CSM vai ter de racionalizar mais o trabalho dos juízes, recorrendo a medidas facilitadoras de substituição.

As medidas de acumulação de funções têm tido inteira adesão. O CSM, gerindo bem o seu orçamento autónomo, consegue remunerar pontual e mensalmente o serviço suplementar, ao contrário do que se passa por exemplo com os magistrados do M.ºPº incluídos no orçamento da DGAJ que recebem com mais de dois anos de atraso segundo me reportam. É muito importante gerir os níveis de satisfação para obter os bons e estimados resultados. Mas o recurso às medidas de acumulação tem limites nas capacidades humanas e não pode, por isso, converter-se em solução definitiva. É precária e provisória. Sob pena de esgotamentos pessoais danosos para os próprios e para o conjunto dos tribunais. O limite está alcançado e esgotada em grande parte a reserva disponível para acumulações.

Continuamos a insistir numa revisão prioritária do mapa judiciário mais focada em ajustamentos flexíveis. Apesar da compreensão manifestada, não tivemos resposta, nem do anterior, nem do atual governo da República.



Apostamos, ao menos, na urgência duma nova estrutura de assessoria, quer na 1.<sup>a</sup> instância, quer nos tribunais da Relação, que alivie a pressão sobre os juízes, com o seu trabalho de apoio. Também no Supremo Tribunal de Justiça urge alargar a assessoria com recurso a juristas não magistrados de carreira.

Avançaremos na assessoria da 1.<sup>a</sup> instância porque aí podemos fazê-lo, dependendo o feito exclusivamente da boa gestão do nosso orçamento autónomo. No próximo ano duplicaremos o número de assessores em funções nas comarcas. É muito importante que os presidentes dos tribunais beneficiados e os juízes neles colocados retirem a melhor utilidade do seu apoio. O CSM só continuará a promover a assessoria se os resultados forem visíveis e satisfatórios.

Espero que em breve também os tribunais da Relação possam beneficiar de uma primeira experiência de assessoria, usando os seus instrumentos de gestão orçamental flexível, enquanto não colhem um quadro legal mais estruturado. Os tribunais da Relação já beneficiaram este ano do instrumento de acumulação de funções regulado pelo CSM, inovatoriamente. Mas não chega, tanto assim que nos próximos anos não chegarão os juízes desembargadores que deveriam preencher os quadros legais.

A situação de quebra de serviço na 1.<sup>a</sup> instância, observável na estatística, só não é dramática porque o volume dos processos entrados depois de anos a cair não retomou a dimensão da época pré-Covid.

Mas a falta de recursos humanos não permite gerir em normalidade. Faltam juízes, mas também faltam, e muito, oficiais de justiça. É pior do que a falta de oficiais de justiça é a situação de tumulto e descontentamento que estes vivem há anos. Péssima gestão de recursos humanos aquela a que permite a que tanto se chegue. Péssima gestão que não é da responsabilidade do CSM ou dos presidentes das comarcas. Sem um Estatuto de Oficiais de Justiça aceitável, sem a revisão da estrutura das secretarias judiciais devidamente organizadas do ponto de vista funcional, com corretas cadeias de comando moralizadas não é possível construir qualidade. Por isso mesmo, pela primeira vez, o CSM vai proceder à revisão do sistema de objetivos processuais nas comarcas. Sem meios, não há objetivos credíveis. A sua formulação está suspensa até final de fevereiro próximo para apresentação de um estudo que conclua pela sua utilidade no momento presente. Sinal dos tempos difíceis a que chegámos.



Continuamos como opção mais esperançosa a dar atenção à agenda digital. Ao mesmo tempo que acompanhamos o desenvolvimento da plataforma *Magistratus*, com anos de atraso, com níveis atuais de instabilidade que a tornam inoperacional e ainda sem adequadas ferramentas de estruturação da informação que os juízes tanto necessitam, procuramos desenvolver as nossas próprias estruturas e ferramentas para o apoio processual às situações mais críticas e complexas. Exemplo disso mesmo foi a criação do novo mecanismo ALTEC - Apoio Logístico à Tramitação de Elevada Complexidade -, orientado pelos desembargadores João Ferreira e António Gomes, que dirige e desenvolve o sistema informático SEGIP (Sistema Eletrónico de Gestão da Informação Processual) parqueado no CSM e disponibilizado com elevado sucesso a processos de elevada complexidade em todos os tribunais do país. O ALTEC, a partir das instalações do CSM, conta com a tecnologia mais recente, tem a participação de juízes, assessores, oficiais de justiça e permite preparar e tratar a informação dos processos. Em todas as comarcas está já montada a rede de assessores que se coordenam com a estrutura. Ela será também a ágil incubadora de ideias que usaremos para futuras ações e propostas de desenvolvimento.

Conjugada com a ideia desta estrutura, continua os seus trabalhos o grupo criado há um ano pelo CSM para a análise da morosidade dos megaprocessos e para propor alterações legislativas processuais penais à fase de instrução e pontualmente à de julgamento, bem como indicar os recursos necessários ao dispor do juiz para a mais célere tramitação e decisão final dos processos especialmente complexos. Até ao final deste ano teremos as conclusões.

### **Caras e caros colegas**

Ainda no plano das condições de trabalho, temos acompanhado o programa de construção e reabilitação para os edifícios dos tribunais. Continuamos com preocupada atenção acerca dos contornos da sua execução e, especialmente, da capacidade de execução que vier a ser alocada, reconhecendo, todavia, um início de um empenhamento sério por parte do ministério da justiça. O planeamento de obra, a conceção de novos espaços não pode e não deve, no entanto, estar desligada da consulta ao CSM e aos juízes presidentes. Insistiremos neste ponto.

E nesse mesmo ponto seguiremos muito a sério as recomendações de adaptabilidade nas práticas de higiene, saúde e segurança no trabalho, bem como as que foram expressas nos últimos estudos realizados para o judiciário, incluindo o que se debruçou sobre as



“*condições de trabalho, desgaste profissional, saúde e bem-estar dos juizes portugueses*”, apresentado há um ano no Encontro da Covilhã.

Anuncio-vos mesmo que na reunião deste mês do conselho administrativo do CSM, como resultado daquelas recomendações e no cumprimento das nossas obrigações legais, será proposta a criação de um Gabinete de Saúde Ocupacional que será dotado de técnicos habilitados e que terá como objetivos: proteger e promover a saúde e prevenir a doença dos juizes; prevenir e controlar os riscos profissionais e, em especial, os riscos psicossociais, melhorar as condições de trabalho e de segurança e desenvolver uma cultura de prevenção e de promoção da saúde nos tribunais. Este Gabinete irá articular-se diretamente com os serviços de medicina de trabalho e com os presidentes dos tribunais.

Anuncio-vos também que corre um novo procedimento de concurso para aquisição de serviços de medicina no trabalho que integra pela primeira vez serviços de saúde holística, tal como já acontece com os nossos congéneres europeus, incluindo consultas e terapias apropriadas para a promoção da saúde e bem-estar dos juizes. Procuramos deste modo prevenir os riscos de *burnout* e stress profissional que tanto nos inquietaram nas notícias do último ano.

### **Caras e caros colegas**

Termino, deixando-vos nota de um sentimento de esperança e um apelo.

Concluído o meu primeiro ano de mandato como vice-presidente eleito pelos juizes, sinto e sei que as bases para um desenvolvimento consistente na governação do poder judicial da responsabilidade do CSM estão lançadas, com segurança e com resultados. Essas bases são hoje suficientemente fortes para afirmar com clareza um nível aceitável de governação independente do poder judicial em Portugal no respeito pelos exigentes parâmetros do estado de direito estabelecidos na União Europeia. Não é, com certeza, um nível de excelência, mas carrega dinâmica de progresso. Faremos bastante mais nos próximos anos, essa é a firme esperança que aqui vos deixo.

Deixo-vos o apelo da participação. A participação de todos os juizes, todos pares entre os pares, é essencial para uma governação de qualidade. Participação nas deliberações do CSM quando consultados. Participação nas atividades organizadas pelos presidentes dos tribunais. Participação nos movimentos de opinião interna. Participação crítica, quando vos



parecer melhor. Ainda que por via da reclamação. Estimo o vigor dessa participação e o espírito de corpo que forma e corrige.

Uma séria janela se abre nessa participação. O Conselho de Ética entrará no seu primeiro modo de funcionamento em novembro. Os juízes de todas as instâncias já elegeram os seus representantes, com uma taxa de participação muito mais alta do que se esperava para um órgão novo e ainda não experimentado. O Conselho de Ética tem como função mais importante a de emitir pareceres sobre a compatibilidade de comportamentos com o Código de Conduta. O que significa em grande parte que o Código será o que o Conselho de Ética densificar. Por conseguinte, coloquem-lhe as questões que vos mereçam dúvidas e que o CSM nunca vos soube responder, porque não tem vocação idêntica. O debate ético é da maior importância se colher maior participação. A sua importância é a da qualidade da jurisdição.

Finalmente, cumpre-me anunciar como sempre é feito no final destes Encontros, o local escolhido para a realização do Encontro Anual de 2025.

Esse local é a cidade de Setúbal.

Parabéns aos colegas da comarca de Setúbal e ao seu presidente. Espero que o Encontro de Setúbal seja pelo menos tão feliz como este o foi.

Muito obrigado a todos e bom regresso as vossas casas.

Vila Real, XVIII Encontro Anual do CSM, 11 de outubro de 2024

*Luís Azevedo Mendes*

Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

